



## MANIFESTO 2000 por uma Cultura de Paz e da Não-Violência - UNESCO

Reconhecendo a minha cota de responsabilidade com o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e as das gerações futuras, eu me comprometo - em minha vida diária, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

**RESPEITAR A VIDA:** Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminação ou preconceito;

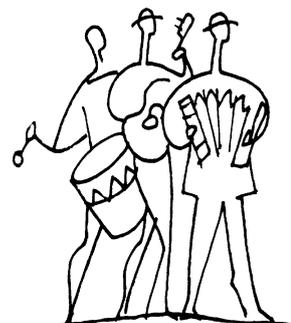
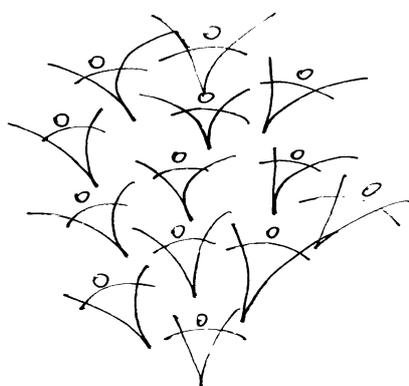
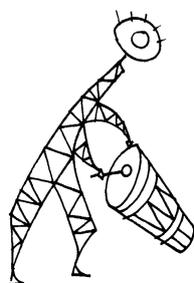
**REJEITAR A VIOLÊNCIA:** Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência sob todas as suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular contra os grupos mais desprovidos e vulneráveis como as crianças e os adolescentes;

**SER GENEROSO:** Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais em um espírito de generosidade visando o fim da exclusão, da injustiça e da opressão política e econômica;

**OUVIR PARA COMPREENDER:** Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, dando sempre preferência ao diálogo e a escuta do que ao fanatismo, a difamação e a rejeição do outro;

**PRESERVAR O PLANETA:** Promover um comportamento de consumo que seja responsável e práticas de desenvolvimento que respeitem todas as formas de vida e preservem o equilíbrio da natureza no planeta;

**REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE:** Contribuir para o desenvolvimento da minha comunidade, com a ampla participação da mulher e o respeito pelos princípios democráticos, de modo a construir juntos novas formas de solidariedade.



## ÍNDICE

### I. O Encontro de Multiplicação de Ponteir@s

Objetivos e Etapas..... pág 04

### II. Convivência e Cultura de Paz: O que é e como se faz

Texto: *Por que a Paz como Cultura?*..... pág 05

### III. Tecnologias Socioculturais de Convivência e Cultura de Paz: *transformação social; diversidade cultural e sustentabilidade*

*Reconhecimento grupal e sociocultural das práticas dos Pontos de Cultura*..... pág 16

### IV. Políticas Públicas e Cultura de Paz no Território

*Cidadania Cultural e Cultura de Paz no Território*..... pág 19

### V. Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência

*Cenários e horizontes da ação global e local*..... pág 27

VI. Frases sobre Cultura de Paz..... pág 33

VII. Referências Bibliográficas..... pág 34

## Encontro de Ponteir@s Multiplicadores de Convivência e Cultura de Paz

**Objetivo:** *Visa fortalecer conceitos, valores, práticas e métodos de convivência e cultura de paz;*

**Objetivos Específicos:** *elaborar e articular conceitos e experiências sobre os temas: convivência e cultura de paz, diversidade e interculturalidade, cidadania cultural, sustentabilidade, territórios culturais, tecnologias de comunicação e mapeamento sociocultural, artemetodologia das ausculta socioculturais, valores de desenvolvimento humano, formação de redes, políticas públicas, poéticas da cultura.*

**Participantes:** *Membros dos Pontos de Cultura que participaram das Rodas de Convivência e Cultura de paz – Ausculta Socioculturais, realizadas em 2008 e 2009.*

### **Etapas do Encontro:**

- I- Ausculta Sociocultural – expectativas para o encontro; recuperar elementos da experiência e participação nas rodas que cada um vivenciou. Realidade atual de cada Ponto;
- II – Formação/conceitualização de Convivência e Cultura de Paz - teoria e prática – material didático de apoio;
- III – *Como ser um multiplicador?* - desenvolver ações e acompanhar ativamente a rede de cultura de paz.

## CONVIVÊNCIA E CULTURA DE PAZ – O QUE É E COMO SE FAZ

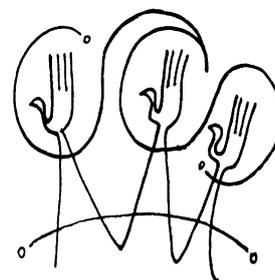
### Vamos Ubuntar? - Um convite para cultivar a paz<sup>1</sup>

#### Por que paz como cultura? - por Lia Diskin\*

Os estudos sistemáticos sobre a paz são relativamente recentes. Datam da segunda metade do século XX, em grande parte motivados por uma crescente sensibilidade que vamos adquirindo frente à violência em todas suas expressões, desde as mais brandas e naturalizadas, culturalmente legitimadas, como a palmada “pedagógica”, o tráfico de influências, o nepotismo, a burocracia, o sigilo de informações, até as hediondas como o genocídio, as xenofobias, as discriminações raciais e sociais, a instigação ao conflito bélico entre nações para obter dividendos com a indústria armamentista. A guerra é cada vez mais impopular, indesejada, inconveniente e incompatível com nossas aspirações de vida.

Se partirmos do princípio que cultura é o conjunto de formas adquiridas de comportamento no seio das sociedades humanas; que estas fundam suas dinâmicas de maneira consequente com base em escolhas historicamente construídas, e que, segundo o prof. Luis Villoro, a cultura tem a tríplice função de: 1) expressar emoções, desejos, modos de ver e de sentir o mundo; 2) dar significado a atitudes e comportamentos, assinalar valores e, ao dar sentido, integrar os indivíduos em um todo coletivo; 3) determinar critérios adequados para a realização desses fins e valores, oferecendo garantias de êxito nesse propósito – então é legítimo nos perguntarmos qual o cenário do qual emerge a proposta de uma cultura de paz.

Talvez seja suficiente dizer que no mundo todo são gastos 25 mil dólares por segundo para fabricar armas...! Ou citar os estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que concluem que a violência nos países latino-americanos chega a consumir, em alguns casos, 25% do Produto Interno Bruto (PIB) – tais cifras espelham os custos com prevenção e tratamento da violência direta<sup>2</sup>. Ou, ainda, lembrar que, como revela a versão final do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, recentemente publicado, no Brasil há 4.5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos em estado de vulnerabilidade social, pois não concluíram o ensino fundamental, estão fora da escola e desempregados. A cada ano entram no sistema penitenciário 68.400 jovens, 70% deles reincidentes, o que equivale a 187 por dia e sete por hora!



Portanto, a cultura de paz é hoje, além de um anseio coletivo, uma

---

<sup>1</sup>CARTILHA UBUNTAR\* - enviada por email

<sup>2</sup>CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y INFORMACIÓN PARA LA PAZ; UNIVERSIDAD PARA LA PAZ. El estado de la paz y la evolución de las violencias: la situación de América Latina. Montevideo: CIIP, Universidad para la Paz, Montevideo, 2000, p. 184.

necessidade – necessidade que emerge das circunstâncias reais, presentes, e do próprio conhecimento que vimos amesalhando nas últimas décadas. As observações e pesquisas em etologia, por exemplo, já não nos permitem justificar nossas violências atribuindo-as à nossa herança animal, como salienta a Declaração de Sevilha sobre a Violência, fruto do encontro de cientistas de diferentes disciplinas para analisar a questão, promovido pela UNESCO em 1986, na Espanha, e da qual participou o próprio doutor David Adams, que mais tarde trabalharia na concepção da cultura de paz como integrante da equipe da UNESCO. Nela se evidencia que: *[...] É cientificamente incorreto dizer que herdamos a tendência a fazer a guerra de nossos ancestrais animais [...] É cientificamente incorreto dizer que a guerra, ou qualquer outro comportamento violento, é geneticamente programado na natureza humana. Embora os genes estejam envolvidos em todos os níveis do funcionamento cerebral, eles oferecem um potencial de desenvolvimento que só pode ser concretizado em conjunto com o meio ecológico e social. [...] É cientificamente incorreto dizer que no curso da evolução humana houve uma seleção de comportamentos agressivos mais do que de outros tipos de comportamento. Em todas as espécies que foram bem estudadas, o status dentro do grupo é atingido pela habilidade de cooperar e preencher certas funções sociais relevantes à estrutura daquele grupo. [...] É cientificamente incorreto dizer que os humanos têm um ‘cérebro violento’. Embora tenhamos o aparato nervoso para agir violentamente, esta reação não é automaticamente ativada por estímulos internos ou externos. [...] É cientificamente incorreto dizer que a guerra é causada por ‘instintos’ ou por qualquer motivação isolada. O surgimento da guerra moderna foi uma história que nos levou da supremacia de fatores emocionais e motivacionais, por vezes chamados ‘instintos’, até a supremacia de fatores cognitivos.’*

Tais observações encontram confirmação na experiência do coronel Dave Grossman, psicólogo militar estadunidense que durante 25 anos foi oficial de infantaria, com a missão de capacitar os soldados a matar. Trata-se de uma habilidade adquirida por aprendizado: você precisa ser ensinado a matar. Isso requer treinamento, pois existe em nós uma aversão nata a matar o nosso semelhante. [...] Todos sabemos que não podemos discutir ou argumentar com uma pessoa amedrontada ou irada. Uma vaso-constricção (o estreitamento dos vasos sanguíneos) provoca literalmente o fechamento da parte frontal do cérebro – aquela grande protuberância de massa acinzentada que nos torna seres humanos e nos distingue de um cão. Quando esses neurônios se fecham o cérebro médio assume o comando e os nossos processos de pensamento e reflexos não se diferenciam mais daqueles de nosso cão. [...] A maneira como os militares aumentam o índice de disposição para matar dos soldados em combate são: a brutalização e dessensibilização, o condicionamento clássico, o condicionamento operante e figuras-modelo.<sup>3</sup>

Em outras palavras, se desumaniza o soldado ou, como afirma o coronel Grossman, provoca-se uma “síndrome de imunodeficiência à violência adquirida”. Contudo, é importante advertir que a violência não se expressa apenas de maneira física. Há múltiplas formas de violência. Segundo o prof. Johan Galtung, podemos falar de três tipos de violência: a direta, mais evidente e fácil de reconhecer, consiste no uso da força, da palavra e do gesto com o intuito de intimidar, de provocar sofrimento, humilhação e desqualificação ou simplesmente de eliminar o outro ou os outros. Violência estrutural é aquela que se

---

<sup>3</sup>FRIEDMAN, A.; CRAEMER, U. (Orgs.). Caminhos para uma aliança pela a infância. São Paulo: Aliança pela Infância, 2003; p. 156-157.

constrói em um sistema social e que se expressa pela desigualdade de oportunidades, de acesso às necessidades básicas tais como educação, saúde, alimentação, moradia digna, trabalho, cultura e lazer. Por último temos a violência cultural, que alude a peculiaridades da cultura/comunidade/etnia para justificar ou legitimar o uso direto, simbólico ou estrutural da violência – tal como no machismo e no racismo.

Outro documento internacional de significativa importância para nossos propósitos é o resultante da Conferência Internacional sobre a Paz na Mente dos Homens, realizada em Yamoussoukro, na Costa do Marfim, em julho de 1989, por iniciativa da UNESCO. Nele se convidam os Estados, organizações intergovernamentais e não governamentais, as comunidades científica, educacional e cultural do mundo e, ainda, todos os indivíduos a participarem do Programa de Paz, cujos quatro objetivos transcrevemos:

- Ajudar na construção de uma nova visão de paz, desenvolvendo uma cultura de paz baseada nos valores universais de respeito à vida, liberdade, justiça, solidariedade, tolerância, direitos humanos e igualdade entre mulheres e homens.
- Aumentar a consciência do destino comum de toda a humanidade para fomentar a implementação de políticas comuns que assegurem justiça nas relações entre seres humanos e uma parceria harmoniosa entre humanidade e natureza.
- Incluir elementos de paz e direitos humanos como características permanentes em todos os programas educacionais.
- Encorajar ações coordenadas em nível internacional para gerenciar e proteger o meio ambiente, e assegurar que as atividades praticadas sob a autoridade ou o controle de um Estado em particular não comprometam a qualidade ambiental de outros estados nem causem dano à biosfera.

De início, o que chama a atenção neste documento é o desafio lançado nas primeiras linhas do primeiro objetivo: “ajudar na construção de uma nova visão de paz”. Por que nova? Simplesmente porque, tal como analisamos no capítulo 2, as acepções do termo paz ficam pobres, insuficientes para a complexidade crescente da sociedade contemporânea. Como salienta o prof. Jean Paul Lederach: “para que haja paz não basta a ausência de violência, é necessária a presença de uma interação e inter-relação positiva e dinâmica: o apoio mútuo, a confiança, a reciprocidade e a cooperação”.

Daí a compreensão que vai se delineando na atualidade sobre o sentido da paz mais como um processo do que uma situação ou uma meta a ser alcançada; um processo contínuo no qual estão presentes a justiça social, a liberdade e a democracia. É oportuno salientar que é neste documento que encontramos pela primeira vez o conceito “cultura de paz”, expressão cunhada pelo educador peruano Padre Felipe MacGregor ao presidir a Comissão Nacional Permanente de Educação para a Paz, criada por resolução ministerial do governo do Peru em 1986. Três anos mais tarde, ele publicou um livro intitulado *Educación, futuro, cultura de paz*, que inspirou o movimento promovido pela UNESCO e adotado pelas Nações Unidas.

O padre MacGregor abriu caminhos na América Latina para os trabalhos de pesquisa acadêmica sobre a paz, tendo fundado em 1980 a Asociación Peruana de Estudios para la Paz, da qual foi presidente até seu falecimento, em 2004.

O Fórum Internacional sobre a Cultura de Paz em San Salvador, El Salvador, realizado em fevereiro de 1994, é outra referência exemplar, em que se verifica o vínculo entre os direitos humanos – como conjunto de princípios cuja implementação assegura as condições de que todo ser humano necessita para viver com dignidade – e a paz. Relacionamos a seguir alguns dos artigos deste documento:

### Conclusões gerais

a) O objetivo de uma cultura de paz é assegurar que os conflitos inerentes ao relacionamento humano sejam resolvidos de forma não-violenta, com base nos valores tradicionais de paz, incluindo-se a justiça, liberdade, equidade, solidariedade, tolerância e respeito pela dignidade humana.

b) A paz e os direitos humanos são indivisíveis e dizem respeito a todos. Um princípio norteador da paz é que os direitos humanos devem ser respeitados e garantidos – não só os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais. [...]

c) A implementação de uma cultura de paz requer uma mobilização universal de todos os meios de comunicação e educação, formais e informais. Todas as pessoas deveriam ser educadas nos valores básicos da cultura de paz. Este deve ser um esforço conjunto que inclua cada uma e todas as pessoas da sociedade.

d) Uma cultura de paz requer aprendizado e uso de novas técnicas para o gerenciamento e resolução pacífica de conflitos. As pessoas devem aprender como encarar os conflitos sem recorrer à violência ou dominação e dentro de um quadro de respeito mútuo e diálogo permanente.

Assim, a cultura de paz vem desempenhando duas funções:

1. tornar visíveis as violências que se perpetuam pela incapacidade de percebê-las, pela omissão ou pela aceitação de condições aviltantes como sendo próprias da nossa socialização ou, pior ainda, intrínsecas à natureza e, portanto, inexoráveis;
2. estimular a criatividade em busca de novas formas de convivência, novos conhecimentos e atividades promotoras de vinculação significativa, relação potencializadora de confiança mútua e convicção nas capacidades humanas ainda não exploradas. Neste último sentido, estamos presenciando a desmontagem de mais um mapa que não correspondeu ao continente.

Milhões de pessoas do mundo inteiro estão trabalhando suas competências interpessoais, fazendo workshops, seminários, retiros, lendo e estudando, confiantes em poderem tornar-se pessoas melhores, mães e pais melhores, profissionais melhores, cidadãos melhores. Sabemos, sentimos que interiormente há

uma reserva de energias edificantes, solidárias, fraternas, não-violentas, que é necessário acessar e corporificar no dia-a-dia. Estamos desmantelando uma estrutura de pressupostos que se cristalizaram e enrijeceram a nossa percepção da realidade, sempre fluida e incomensurável. A seguir pinçamos alguns desses novos repertórios de conhecimento que, na falta de um nome consagrado, intitulamos de novas tecnologias de convivência. Elas facilitarão a transição de uma cultura pautada no medo, na desconfiança, no oportunismo e no uso abusivo de poder para uma cultura que celebre nossa interdependência, nossa capacidade de ajuda mútua em respeito e aceitação, lembrando sempre que nenhum de nós está sozinho nesta trajetória. Acompanham-nos milhares de mulheres e homens cujas vidas invocaram e evocaram a paz. De alguns conhecemos os nomes: Gandhi, Maria Montessori, Martin Luther King Jr., Aung San Suu Kyi, Nelson Mandela, Dom Helder Câmara, Wangari Matai, Desmond Tutu, Elaben Bhatt, Betinho, Madre Teresa... De outros, os seus feitos: a queda do Muro de Berlim, Greenpeace, Médicos sem-Fronteiras, Anistia Internacional, Human Rights Watch... A todos, os de longe e os de perto, nosso reconhecimento mais sincero.

## **Novas tecnologias de convivência**

### **DIÁLOGO:**

**Antecedentes:** O filósofo Martin Buber usou o termo “diálogo” em 1914 para descrever um modo de intercâmbio entre seres humanos no qual existe atenção verdadeira de um para o outro, e uma apreciação total do outro, não como um objeto numa função social, mas como um ser genuíno.

O psicólogo Patrick De Maré afirmou, na década de 1980, que grandes reuniões de “socioterapia” em grupo poderiam permitir que pessoas chegassem a um entendimento e alterassem sentidos culturais presentes na sociedade – assim sanando os focos de conflito e violência em massa ou intolerância étnica, por exemplo. Por fim, o físico quântico David Bohm sugeriu, em 1983, que essa nova forma de conversação deveria concentrar-se em trazer à tona e alterar a infra-estrutura tácita do pensamento.

**Conceito:** O diálogo é o primeiro passo em direção à convivência, visto que por meio da comunicação e da escuta, resgatamos, antes de tudo, nosso senso de vida comunitária. Quando o diálogo se efetiva, os habitantes deste planeta honram uma prática muito antiga, que é a de buscar uma comunicação atenciosa com o outro e o entendimento mútuo, fundamentados na realidade prática de conviver num mundo de diversidades. Diálogo é uma forma de associação livre conduzida em grupos, sem nenhum propósito predefinido a não ser o mútuo entendimento e a exploração do pensamento humano. Seu objetivo é o de permitir que participantes examinem seus preconceitos, dúvidas e padrões de pensamento. O diálogo, como sistematizado por David Bohm ocorre em grupos de dez a 40 pessoas, que se sentam em um único círculo por algumas horas para encontros regulares em um ambiente de trabalho dirigido. Os participantes buscam refrear seus próprios pensamentos, motivações, impulsos e julgamentos para buscar e explorar um pensamento coletivo ou grupal. Segundo Bohm, o diálogo não deve ser confundido com discussões,

palestras, discursos ou debates. A reunião tem por finalidade criar um “espaço livre” onde algo novo pode surgir e onde os integrantes possam experimentar o compartilhamento de significados.

**Aplicações:** O diálogo é aplicável a uma vasta gama de universos e situações sempre que a fragmentação, polarização, dogmatismos e extremismos ameaçam a coesão do grupo: nos relacionamentos interpessoais e ações comunitárias, na política e na diplomacia, e também no mundo das empresas.

## Referências

BOHM, D. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2005.

THE CO-INTELLIGENCE INSTITUTE. *website*. Disponível em: <[www.co-intelligence.org/Pdialogue.html](http://www.co-intelligence.org/Pdialogue.html)>.

## DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

**Antecedentes:** Desde Abraão, no século XIX a.C., passando por Gandhi, Anuar Sadat, Martin Luther King Jr., os papas João XXIII e João Paulo II, temos visto grandes esforços para harmonizar as relações entre grupos religiosos e culturais. Não pode haver coexistência humana sem uma ética mundial por parte das nações; não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões e não haverá paz entre as religiões sem diálogo entre elas. De fato, o diálogo inter-religioso e intercultural nasce da necessidade de educar para o respeito a outras religiões e culturas, buscar valores comuns e compartilhados por todos e cooperar reciprocamente para a construção do futuro. Ele se faz imprescindível num mundo em que as tensões comunitárias e internacionais ameaçam a convivência pacífica e as condições necessárias a uma vida digna para boa parte da população terrestre.

**Conceito:** Diante do atual contexto religioso plural e das pressões culturais impostas pela globalização, é preciso superar as tendências ao exclusivismo, ao confronto e à divisão. De fato, todo ser humano quer viver em paz e em todas as tradições religiosas há uma promessa de paz para a humanidade. Assim, o exercício do diálogo religioso visa desenvolver um “olhar comum” das tradições espirituais no tocante ao humano e ao fenômeno da vida. Esse olhar comum é que permitirá o pleno exercício da liberdade religiosa, e também um acordo básico sobre fins e valores comuns e o meio de alcançá-los. Poderá, ainda, propiciar a sinergia necessária ao trabalho de cooperação em direção a esses objetivos partilhados. O Conselho do Parlamento das Religiões do Mundo lançou um projeto de ética mundial que propõe, em linguagem amplamente compreensível, valores agregativos e atitudes interiores fundamentais capazes de produzir consenso. Deram seu apoio à maioria dos quase 200 representantes das religiões que estiveram no Parlamento das Religiões do Mundo em Chicago, em 1993. Ali assinaram uma declaração que afirma que as diferentes religiões e tradições culturais devem se opor a todas as formas de desumanidade e que todos os religiosos têm uma responsabilidade comum pelo bem-estar da humanidade. Afirmam, ainda, que o mundo precisa de valores e convicções que sejam válidos para todas as pessoas, independentemente de sua origem social, cor de pele, idioma ou religião.

**Aplicação:** Uma das aplicações mais disseminadas do diálogo inter-religioso é a Iniciativa das Religiões Unidas – United Religions Initiative (URI) –, que congrega nos seus Círculos de Cooperação (CCs) representantes de várias religiões. Hoje são 398 CCs em 97 países. Esses CCs devem conter pelo menos sete membros de três religiões diferentes e trabalhar em cooperação em torno de um projeto comum. Já existem círculos de cooperação no Brasil.

## Referências

ONU. *Declaração sobre à Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação com Base em Religião ou Crença*: resolução 36/55. New York: Nações Unidas, 1966. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/01393/139390por.pdf>>.

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO.

*Projeto de Ética Mundial*, Hans Küng, Edições Pualinas, São Paulo, 1993.

Casa da Reconciliação: <[www.casadareconciliacao.com.br](http://www.casadareconciliacao.com.br)>.

Instituto de Estudos da Religião (ISER): <[www.iser.org.br](http://www.iser.org.br)>.

Pós-graduação em Ciências da Religião: <[www.pucsp.br/pos/cre/](http://www.pucsp.br/pos/cre/)>.

URI: <[www.uri.org](http://www.uri.org)>

## COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

**Antecedentes:** A Comunicação Não-Violenta (CNV) foi desenvolvida por Marshall B. Rosenberg, doutor em psicologia clínica, mediador internacional e fundador do Centro Internacional de Comunicação Não-Violenta. Ele partiu da observação de que embora desejemos a harmonia e a cooperação, no confronto com colegas, familiares e pessoas com opiniões ou culturas diferentes, somos levados a iniciar e perpetuar ciclos de emoções dolorosas em função do modo como aprendemos a nos comunicar: usando a lógica da raiva, punição, vergonha e culpa.

**Conceito:** As ações humanas são motivadas pela tentativa de preencher determinadas necessidades legítimas. Ao tentar satisfazer tais necessidades, aquele que se comunica sem violência procura evitar utilizar/manipular sentimentos de medo, vergonha, coerção, culpa ou ameaça.

A comunicação não-violenta é um “método” de comunicação em que procuramos satisfazer nossas necessidades enquanto também buscamos atender às necessidades dos outros. Ao nos comunicar de modo não-violento, evitamos utilizar julgamentos de bom/ruim, certo/errado, procurando expressar de modo verdadeiro e honesto nossos sentimentos e necessidades – e para isso não são necessários críticas e julgamentos. O método revela a mensagem por trás das palavras e ações, independentemente de como são comunicadas. Assim, as críticas pessoais, rótulos e julgamentos, os atos de violência física, verbal ou

social, são revelados como expressões trágicas de necessidades não atendidas. Aquele que escuta de modo não-violento escuta as necessidades legítimas não atendidas do seu interlocutor e procura acolhê-las.

**Aplicações:** Eminentemente prática, a CNV oferece alternativas claras aos confrontos e possibilita mudanças estruturais no modo de encarar e organizar as relações humanas. Ela vem sendo utilizada em gestão de grupos e organizações, diminuindo a incidência de agressões ou dinâmicas de grupo opressor. Foi aplicada primeiramente em projetos federais do governo norteamericano a fim de pacificar conflitos em escolas e instituições públicas durante os anos 60. Ao longo dos últimos 40 anos, o dr. Rosenberg e sua equipe ensinaram a comunicação não violenta a administradores escolares, professores, profissionais de saúde, mediadores de conflitos internacionais, gerentes de empresas, detentos e guardas, policiais, líderes religiosos judeus, cristãos, budistas e muçulmanos, profissionais da justiça, autoridades governamentais e outros em mais de 30 países. No Brasil, ela vem sendo ensinada como parte da formação de mediadores do sistema judiciário que atuam em Justiça Restaurativa.

## Referências

THE CENTER FOR NON VIOLENT COMMUNICATION. *Website*. Disponível em: <<http://www.cnvc.org>>.

CNVC COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA. *Site*. Disponível em: <<http://www.comunicacaonaoviolenta.com>>

ROSENBERG, M. B. *Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamento pessoais e profissionais*. São Paulo: Ágora, 2006.

## TERAPIA COMUNITÁRIA

**Antecedentes:** A Terapia Comunitária nasceu em 1987, em Fortaleza, e seu criador foi o prof. dr. Adalberto Barreto, médico psiquiatra, teólogo, antropólogo e terapeuta familiar, que sentiu a necessidade de articular o saber científico com o saber popular para tratar a dor e o sofrimento através da partilha de experiências de vida, identidade cultural e sabedorias tradicionais, de uma forma horizontal e circular. Ela tem por fundamento o pensamento sistêmico, a teoria da comunicação, a antropologia cultural, a pedagogia de Paulo Freire e a resiliência.

**Conceito:** A Terapia Comunitária é um grupo de ajuda mútua, um espaço de palavra, escuta e construção de vínculos, com o intuito de oferecer apoio a indivíduos e famílias que vivem situações de estresse e sofrimento. Todos são acolhidos, ouvidos, podendo conversar com simplicidade.

As sessões acontecem em centros de saúde, igrejas, templos, hospitais, escolas, associações de bairro e de moradores, centros de desenvolvimento social e entidades assistenciais. As intervenções acolhem a família, os vizinhos, os amigos e a coletividade, para apoiar os indivíduos e as famílias mais vulneráveis da comunidade que estão vivendo uma situação de crise. O terapeuta ouve a todos e escolhe um “problema” (como, por exemplo, alcoolismo, insônia) para começar o trabalho. Seu papel é favorecer o crescimento do indivíduo e das pessoas próximas a ele para que, através do apoio mútuo e da partilha, atinjam um maior grau de autonomia, consciência e coresponsabilidade, valendo-se das competências do indivíduo e das

famílias para a solução do “problema”. Assim, a Terapia Comunitária não se propõe a resolver problemas, mas sim a suscitar dinâmicas que possibilitem, a partir de experiências de convívio, criar uma rede de apoio aos que sofrem.

**Aplicações:** Sua primeira aplicação se deu na favela do Pirambú, em Fortaleza, CE, em 1987.

Hoje, a Terapia Comunitária já é aplicada em praticamente todos os estados brasileiros, e, segundo notícia de 5 de abril de 2008, já foi anunciada sua integração ao Programa de Saúde da Família, tendo sido destinadas verbas para a formação de 1.100 terapeutas comunitários, que se somarão aos 12 mil já atuantes. Sua aplicação é recomendada sempre que for necessário desenvolver atividades de prevenção de doenças psíquicas, somatizações, violência doméstica e urbana, situações de crise intra-familiar, crise intracomunitária e abandono social. Também quando for necessário promover a integração de pessoas, a construção de dignidade e cidadania, contribuindo para a redução de vários tipos de exclusão. É recomendada ainda para promover encontros interpessoais e intercomunitários, valorizando a história individual e a identidade cultural, a fim de restaurar a auto-estima e a autoconfiança.

## Referências

BARRETO, A. de P. *Terapia comunitária passo a passo*. Recife: Gráfica LCR, 2005.

MOVIMENTO INTEGRADO DE SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA. *Site*. Disponível em: <[www.mismecdf.org/terapia.htm.#topo](http://www.mismecdf.org/terapia.htm.#topo)>.

## MEDIAÇÃO

**Antecedentes:** Sabe-se que a mediação já acontecia desde a Antigüidade. Evidências históricas atestam a sua prática no comércio entre os fenícios. A mediação não militar desenvolveu-se na Antiga Grécia através da figura do *proxeneta*, e posteriormente o direito romano reconheceu a mediação no Código de Justiniano de 530-533 d.C. Em algumas culturas, o mediador era visto como uma figura sagrada, digna de grande respeito, sendo que sua função muitas vezes se confundia com a do homem sábio ou chefe do clã.

**Conceito:** A mediação é uma forma alternativa de resolução de conflitos, controvérsias, litígios e impasses, em que um terceiro, de confiança das partes (pessoas físicas ou jurídicas) e por elas livre e voluntariamente escolhido, intervém para manter aberto o diálogo, evitando polarizações e impasses. Esse mediador é um profissional treinado para facilitar de modo imparcial a comunicação.

Ele ajuda no exame de vantagens e desvantagens das possíveis soluções e, quando pertinente, oferece informações sobre aspectos legais, formalizando por fim o acordo, caso o mesmo aconteça.

Na mediação, as partes têm total controle sobre a situação, diferentemente da arbitragem, em que o controle é exercido pelo árbitro. A mediação se distingue também da conciliação, visto que o conciliador em geral é um especialista na questão alvo da controvérsia, e costuma sugerir alternativas de desenlace.

O processo de mediação assume muitas formas, já que pode ser aplicado às mais variadas situações, mas tipicamente o mediador tem um encontro em separado com cada uma das partes, identificando-se com e inteirando-se de cada um dos lados da disputa. Depois, ele facilita o encontro entre as partes, assumindo um papel neutro. As partes poderão chegar ou não a um acordo, e o processo poderá se estender por muitos encontros.

Nunca a humanidade chegou ao ponto satisfatório de conseguir que o bom funcionamento dos mecanismos formais de resolução de conflitos (como o direito e a lei) a conduzisse à paz social perfeita. De fato, a eclosão de conflitos é sinal de que as pessoas podem manifestar suas divergências num ambiente democrático. Mas sempre salutar é a nossa busca pelo ideal de ver todos os conflitos resolvidos de modo pacífico. É preciso, pois, continuar acreditando nesse ideal e não poupar esforços para dirimir as divergências, no sentido de obter uma boa medida de convivência pacífica.

**Aplicação:** A mediação serve como instrumento de resolução para toda e qualquer forma de conflito em nossa sociedade. Ela vem sendo utilizada em empresas e escolas, nas organizações internacionais e também para a solução de problemas familiares, e há cursos de formação de mediadores oferecidos em algumas das instituições que citamos abaixo.

### Referências

INSTITUTO FAMILIAE. Disponível em: <[www.familiae.com.br](http://www.familiae.com.br)>.

UNESCO; UNINOVE. *Mediação: uma prática cidadã*. São Paulo: UNESCO, UNINOVE, 2005.

VASCONCELOS, C. E. de. *Mediação de conflito e práticas restaurativas*. São Paulo: Editora Mediação, 2008.

### JUSTIÇA RESTAURATIVA

**Antecedentes:** A justiça restaurativa aparece em inúmeras tradições e remonta às origens da civilização. Ela se chama restaurativa porque, nesses contextos históricos, representou uma forma de restaurar a integridade da comunidade depois de um ato traumático que lesa a confiança, o bem estar e a ordem social. Por exemplo, no Havaí, quando ocorre um crime, os mais velhos reúnem em um círculo a vítima, o ofensor, suas respectivas famílias e amigos, dando início a um processo chamado *ho o-pono-pono*. O mesmo acontece na tradição dos maori da Nova Zelândia e entre comunidades dos nativos do norte do Canadá.

**Conceito:** Quando uma pessoa causa dano a outra, fere ou lesa uma vítima, é preciso restabelecer um equilíbrio, atender às necessidades da vítima, levar o ofensor a reconhecer sua responsabilidade e dar a ele a oportunidade de corrigir o seu erro. Na justiça retributiva, que conhecemos tão bem, a vítima e seu sofrimento não figuram no processo judicial, e o ofensor recebe uma punição quantificada por parte do estado, e depois passa a cumprir seu “castigo”, sem nunca ter contato com a verdadeira condição da vítima, seu sofrimento e suas perdas. Na justiça restaurativa, oferece-se à vítima e ao ofensor a oportunidade de

um encontro pessoal, mediado por um facilitador profissional, em um ambiente protegido e com a participação das famílias de vítima e ofensor, membros da comunidade e da polícia. O encontro visa chegar a um acordo em que o ofensor se compromete a ressarcir os danos (quando isto é possível) – ou prestar serviços comunitários, ou assumir de alguma outra forma sua responsabilidade. Os membros da família e da comunidade se comprometem a apoiar o ofensor em seu empenho para mudar de comportamento. O mediador redige um acordo que é assinado por todos os envolvidos, e o poder judiciário verifica se o acordo está sendo cumprido.

**Aplicação:** A justiça restaurativa em suas diferentes formas já foi implementada nos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, Alemanha, no Brasil e em muitos outros países.

Inicialmente apenas para casos de infrações menos graves no âmbito da justiça da infância e da juventude, hoje já existem projetos-piloto em que ela vem sendo aplicada a casos de violência grave entre adultos. Os chamados círculos restaurativos acontecem também em escolas, onde servem para dirimir problemas entre alunos ou no âmbito das famílias. Em março de 2005, o Ministério Público, em parceria com o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas iniciou a implementação do projeto no Brasil, apoiando iniciativas em Brasília (com adultos) e em Porto Alegre, RS, e em São Caetano do Sul (na área da infância e juventude). Em 2006 iniciaram-se os projetos-piloto para a área da infância e da juventude em São Paulo, na região de Heliópolis e em Guarulhos, com o apoio da Secretaria da Educação, que implantou o Projeto Justiça e Educação: parceria pela cidadania nas escolas estaduais de 5ª a 8ª série nessas localidades. Também em Recife, PE, e em Belo Horizonte, MG já existem núcleos de justiça restaurativa em funcionamento.

## Referências

EDUCADORES PARA A PAZ. *Portal*. Disponível em: <[www.educapaz.org.br](http://www.educapaz.org.br)>.

INSTITUTO PRÁTICAS RESTAURATIVAS. *Justiça para o século XXI*. Disponível em: [www.justica21.org.br](http://www.justica21.org.br)

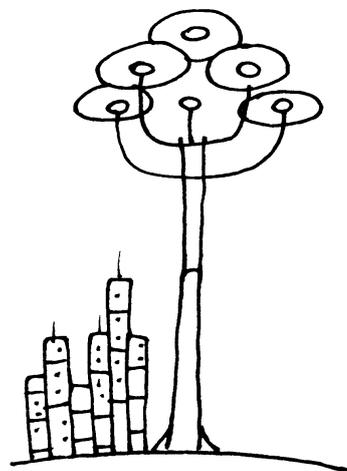
ZEHR, H. *Trocando as lentes: um novo foco sobre crime e justiça*. São Paulo: Palas Athena Editora, 2008.

### \* Nota sobre a autora:

*Lia Diskin* é formada em Jornalismo, com especialização em Crítica Literária pelo Instituto Superior de Periodismo José Hernandez (Buenos Aires). É co-fundadora da Associação Palas Athena e criadora de dezenas de programas culturais e sócio-educativos. Atualmente coordena o Comitê Paulista para a Década de Paz e preside o Comitê Deliberativo da Associação Palas Athena.

### REFERÊNCIA DO TEXTO:

- **Cartilha: Vamos Ubuntar? Um convite para cultivar a paz** / Lia Diskin. – Brasília: UNESCO, Fundação Vale, Fundação Palas Athena, 2008.



## TECNOLOGIAS SOCIOCULTURAIS DE CONVIVÊNCIA E CULTURA DE PAZ: *TRANSFORMAÇÃO SOCIAL; DIVERSIDADE CULTURAL E SUSTENTABILIDADE*

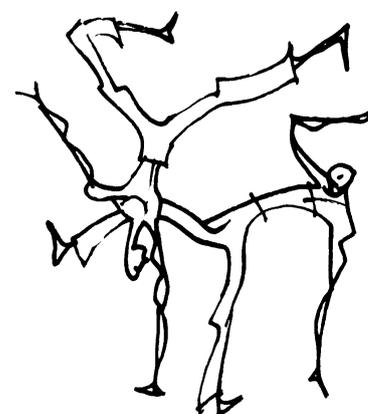
### Reconhecimento grupal e sociocultural das práticas dos Pontos de Cultura:

#### **Pontos de Paz – por Veridiana Negrini\***

Na segunda Teia, em 2007, na cidade de Belo Horizonte, foi estabelecido que na próxima TEIA, o tema da Cultura de Paz teria um grupo de trabalho próprio e algumas ações ligadas ao tema. Deste modo, ao longo do ano de 2008, um grupo foi constituído para pensar a programação da Cultura da Paz, na TEIA BRASÍLIA, em 2008 – que teve como mote IGUAIS NA DIFERENÇA. Dentro desta programação algumas das ações de cultura de paz foram realizadas: fortalecimento da rede de cultura de paz;/ debates que abordaram o tema; vivências de acolhimento; cortejo Cultural (nova Proclamação da República pela Cultura); Roda de Tambores pela Paz; e o lançamento da campanha: “Conte Sua História de Paz”, promovida pelo Pontão de Convivência e Cultura de Paz, em parceria com o Pontão Brasil Memória em Rede.

O principal objetivo do Grupo Cultura da Paz é instaurar na sociedade uma cultura de paz, por meio das diversas culturas, artes e educação, visando a justiça e a igualdade econômica, social e cultural. Ao contrário do que muitos pensam, a tematização e a ampliação do conceito de paz pode colaborar não apenas na criação de novos valores, mas na formulação de ações concretas de transformação. Desenvolvem-se com essa finalidade diversas ações e propostas de políticas públicas que contemplam ações de convivência e cultura de paz.

No GT de cultura de paz, na teia de 2008, surgiram as seguintes propostas: criação de uma rede de cultura de paz nos pontos de cultura; criação de um termo de cooperação entre ministérios por uma cultura de paz; garantir a criação de um espaço para troca de saberes por uma cultura de paz, na próxima TEIA no Ceará, em março de 2010; realização de uma mobilização nacional a partir desta rede no dia 21 de setembro, dia mundial da cultura de paz; programar algumas atividades ligadas ao tema no FSM; entre outras. Nesse sentido, após a realização da TEIA de Brasília, seus representantes, eleitos no princípio da gestão compartilhada, começaram encaminhar algumas ações relacionadas à cultura de paz. A primeira ação deste grupo de trabalho foi a criação de uma rede virtual, com tod@s os membros que participaram deste grupo de trabalho. Deste modo, criamos a uma rede virtual dos Pontos de Cultura por uma cultura de paz, o link deste grupo é: [\\*http://groups.google.com.br/group/pontos-de-paz/\\*](http://groups.google.com.br/group/pontos-de-paz/) . E o email é: [pontosdepaz@googlegroups.com](mailto:pontosdepaz@googlegroups.com)



Em dezembro de 2008, tivemos a oportunidade de vivenciar na prática os valores imbuídos na palavra solidariedade. Estivemos em Santa Catarina, contribuindo para que o Natal das famílias atingidas pela pior enchente enfrentada no Estado fosse mais alegre e solidária. A ceia comunitária foi marcada pelo compartilhamento de experiências de vida, fazeres culturais e artísticos, os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura ficaram uma semana entre Itajaí e Blumenau. Durante aqueles dias, a Comissão promoveu intervenções artísticas, atividades lúdicas com crianças, organização dos donativos, limpeza dos alojamentos; rodas de conversa; e a demolição e reconstrução da casa da senhora Dona Ana.

Como uma de nossas propostas do GT, tínhamos o objetivo de articular a nossa participação no Fórum Social Mundial e, naquele evento, montar de uma Aldeia da Paz para receber os participantes dos Pontos de Cultura. Deste modo, em janeiro de 2009, na cidade de Belém, realizamos algumas ações do gt de cultura de paz, como debates sobre o programa cultura viva, encontro com pontos de cultura e a construção da Aldeia da Paz. Compondo a Caravana Arco Iris pela Paz, chegamos em Belém no dia 17 de janeiro, tivemos destinado um espaço de 3 hectares, dentro do Campus da Universidade Rural, destinado à Aldeia ,no Centro agroecológico Iara. Voluntários de cem diferentes países participaram da construção da Aldeia, que foi construída com 90 % de materiais reciclados. No dia pico do Fórum, havia aproximadamente 800 pessoas na Aldeia, em 500 barracas, organizados em bairros. Na Aldeiam havia uma equipe própria de segurança e recepção; grupos de limpeza e manutenção das trilhas, dos banheiros secos, da composta e da reciclagem; terapeutas e senadores ao cargo da saúde integral de nosso povo; programação própria artístico-cultural; rádio comunitária; oficinas praticas de permacultura; uma tenda destinada a saúde, outra a espiritualidade feminina; uma fogueira central; um espaço destinado as crianças; e uma cozinha comunitária onde eram servidas três refeições vegetarianas gratuitas a cada dia. Também foi construída uma produtora cooperativa de audiovisuais, videocliques, estudo de gravação e centro de comunicações, onde foi criada a “Radio Inter-Galáctica Livre” (FM 88.1) que funcionou às 24 horas por dia.

Deste modo, algumas das propostas aprovadas e respectivas atividades da rede votadas entre os integrantes do GT, na TEIA de 2008, como: “Criar uma rede dos pontos de cultura por uma cultura de paz” e “Garantir um espaço para troca de saberes por uma cultura de paz no fórum social mundial e na Teia 2009”, já foram realizadas. Esse conjunto de atividades demonstram que cresce a mobilização em torno da criação de uma cultura da cultura de paz nos vários pontos e pontões do país e que a cultura de paz pode vir a compor os temas e ações das políticas de cidadania cultural. A teia esta sendo feita, o fio esta em nossas mãos e cabe a todos nós envolver os Pontos de Cultura nesta rede por uma Cultura de Paz, pelo reencantamento do mundo!

## **Deliberações Do Gt na TEIA 2010**

### **Diretrizes Gerais:**

Que o Ministério da Cultura se articule com o Ministério da Educação para estabelecer parceria com os Pontos de Cultura e demais instituições que trabalham a Cultura de Paz para a produção e circulação de

cartilhas, livros, CDs, DVDs, jogos e brinquedos que cultivam a Cultura de Paz, e garanta a distribuição como material didático aos Pontos de Cultura e às Unidades Escolares das redes públicas de ensino e a divulgação nos meios de comunicação de massa.

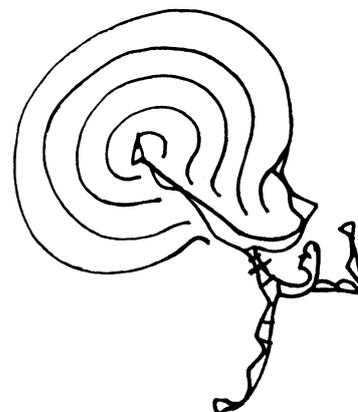
Considerando que a Cultura de Paz é inerente a todos os Pontos de Cultura, legitimar a proposta de criação da Lei Cultura Viva, que garante que os Pontos de Cultura se tornem política de estado, como aprovado pela II Conferência Nacional de Cultura, garantindo a ampliação do número de Pontos de Cultura, contemplando ao menos um Ponto de Cultura em cada município brasileiro e distrito federal, priorizando populações em situação de vulnerabilidade social, de modo a fortalecer a rede nacional dos Pontos de Cultura e a Cultura de Paz.

#### **Diretrizes Específicas:**

- Mobilizar todos os Pontos de Cultura no dia 21 de setembro, Dia Internacional da Paz, para a celebração da Cultura Viva.
- Garantir para a próxima Teia um espaço privilegiado de reflexão e discussão sobre a Cultura de Paz, através da inclusão da temática na agenda de seminários, palestras e conferências e a celebração da Cultura de Paz com apresentações de experiências, metodologias e/ou vivências de Cultura de Paz.

#### **Formato e Composição:**

- O GT de Cultura de Paz será composto por um colegiado de Pontos de Cultura, garantindo a representação de um membro de cada Estado da Federação mais o Distrito Federal. Este representante fará no seu Estado a articulação e a mobilização dos Pontos de Cultura no que diz respeito à temática Cultura de Paz. O colegiado terá um representante que irá integrar a CNPDC e um suplente. Maria Fulgência Silva Bomfim – Instituto Odu Odara – Feira de Santana - BA José Roberto Bezerra como suplente - Ponto de Cultura Lampião da Arte e da Cultura, Cascavel, CE.



**\*Nota sobre a autora:** Veridiana Negrini é tuxaua, cientista social, assessora de políticas culturais e articulação das redes do Pontão e Pontos de Cultura nacionais.

## POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURA DE PAZ NO TERRITÓRIO

### Cidadania Cultural e Cultura de Paz no Território

#### **PONTOS DE CULTURA: *Políticas Públicas, Cultura de Paz e Cidadania Cultural* – por Hamilton Faria\***

As propostas de políticas públicas para os Pontos de Cultura a partir das auscultas devem ser vistas sob dois ângulos diversos. Aquelas voltadas especificamente para a Cultura de Paz, direitos humanos e enfrentamento da violência, e políticas públicas mais amplas voltadas para o fortalecimento do empoderamento dos Pontos – processos participativos, trabalho em rede, comunicação, interculturalidade, intercâmbio, convivência de modo geral, etc. Pensando-se de uma forma ampla na Cultura de Paz, conforme aponta o Manifesto 2000 da UNESCO, observamos que os Pontos de Cultura estão atentos à construção da convivência intercultural pacífica a partir do seu protagonismo local. Fortalecimento da democracia, diversidade, respeito à vida, reinvenção da solidariedade, convivência pacífica, fazem parte do dia a dia dos Pontos de Cultura; embora quase 80 % já tenham participado de alguma atividade de combate à violência ou promoção da paz, não sabiam que estavam ligados à Cultura de Paz, não tematizavam de forma explícita a Cultura de Paz. Na verdade, a Cultura de Paz sempre foi confundida, principalmente entre os jovens, com passividade, cumplicidade com a impotência e não resistência, apagamento dos conflitos, não ir as raízes da opressão política e cultural, conforme o senso comum tem trabalhado o tema. Ao contrário desta visão o debate público deixa claro que a não violência, mesmo sendo um paradigma e uma filosofia do viver, é um método de resolução de conflitos pela potência das forças do diálogo, da conversação, do desarmamento dos espíritos, cultura bélica.

Observa-se hoje, que mesmo coletivos transformadores utilizam métodos violentos para a resolução de conflitos – não expressamente violência direta, mas verbal, étnica ou de outra natureza, mesmo dentro de um campo de alianças e mudanças. É necessário ir mais além do que identificar certos procedimentos como de paz, é necessário fazer Cultura de Paz, isto é: atitudes, metodologias de comunicação e políticas públicas, métodos que evitem conflitos desnecessários, confrontos que degenerem em violência e plantem novas realidades e imaginários, reconheçam o outro e passem a construir novas culturas. A não-violência ativa tem sido um método importante para o crescimento pessoal e cultural de comunidades, grupos e gerador de mudanças no plano político e social.

O mundo contemporâneo com suas desigualdades, opressão econômica e violência estrutural nos desafia a criar novos métodos de trabalho que fortaleçam a convivência entre os diferentes, respeitando potências e singularidades. Incorporar a Cultura de Paz em nossos modos de vida e nas políticas públicas, não apenas culturais, pode gerar potências que respeitem a vida necessária a uma sociedade sustentável. Nesse sentido as políticas devem abraçar de uma forma transversal a Cultura de Paz como meta do milênio - paradigmas de viver em sociedade e atitudes coletivas e individuais propulsoras de outros modos de vida.

## Políticas Públicas de Cultura de Paz

Durante um ano auscultamos 20 Pontos de Cultura de todas as regiões do país, conforme mostramos em outros lugares do texto. Os Pontos auscultados, em sua maioria, ouviram falar de Cultura de Paz através de atividades do Pontão ou na Teia, ou seja, muito recentemente. No entanto, observa-se que há uma adesão forte à proposta a partir do entendimento do que é Cultura de Paz e do entendimento de sua contribuição para a convivência no território, a partir das Rodas de Convivência e Cultura de Paz.

Nessas Rodas realizadas alguns Pontos propõem ampliar o diálogo sobre Cultura de Paz nos Pontos e potencializar suas ações criando multiplicadores. Ampliar o debate para os “Pontos, Pontões, Comissão Nacional e Programa Cultura Viva” também é proposto. A Cultura de Paz pode ser ainda mais ampliada, tanto criando outros Pontos e Pontões com editais específicos e campos de atuação na Teia e em outros espaços, incluindo ações de capacitação com formação de agentes culturais de Cultura de Paz e linhas de atuação nas comissões estaduais e nacional de Pontos de Cultura. A experiência vivida por certos Pontos no enfrentamento da violência, como foi o caso do Ponto de Cultura Coco de Umbigada, impedido de realizar suas manifestações culturais em espaço público, e ações hostis de gangues contra Pontos de Cultura no Rio de Janeiro, reforçam a centralidade de uma ação mais ampla dos Pontos de Cultura envolvendo a Cultura de Paz.

Para ampliar a ação da Cultura de Paz os Pontos sugerem mostrar para a comunidade os ícones da paz e não violência como Gandhi, Luther King e também as lideranças comunitárias que já têm desenvolvido essas práticas e valores. A proximidade da Cultura de Paz com a arte também é citada em vários Pontos. Está claro que o binômio arte-cultura de paz pode constituir-se como elemento de um forte cenário para a promoção da paz. As auscultas apresentam propostas de cineclubes para retratar as experiências de Cultura de Paz da própria comunidade, contadores de histórias, ações culturais, encontros, seminários, oficinas, etc. O que mais se destaca na auscultas sobre este ponto são as ações nas escolas, consideradas importantes na comunidade. Desde ações dos Pontos no interior da escola, do bairro, até capacitação dos professores para atuar em direitos humanos. Principalmente incluir a educação para uma Cultura de Paz nas grades escolares nacionais; dessa forma ganharia uma condição de política pública ampla. Para implementar a Cultura de Paz como política de educação necessitaremos uma mobilização nacional, incluindo campanhas, atuação de redes de paz, atuação no legislativo e junto a Secretaria dos Direitos Humanos e no próprio Ministério da Educação, sensibilizado pelo Ministério da Cultura.

De uma forma mais abrangente, Políticas Públicas Interministeriais que incluam processos participativos, conferências e Planos Nacionais, como é o caso do Plano Nacional de Cultura.

Segundo as auscultas, a aproximação com empresas privadas pode também facilitar a ampliação do trabalho de Cultura de Paz na sociedade através dos Pontos de Cultura. Algumas propostas envolvendo a condição da mulher e do negro na sociedade, aproximando a Cultura de Paz das “classes vitimizadas” podem ser destacadas, também visando a inclusão de crianças, adolescentes e jovens, através de oficinas, encontros e pedagogias da convivência. Outras seguem na direção do desenvolvimento de valores na localidade: o diálogo inter-religioso em Diadema, a humanização da Polícia do Rio de Janeiro, etc.

É importante dizer que Redes de Paz e Pontos de Cultura já atuam nestas vertentes que envolvem metodologias de não violência e diálogos interculturais visando a Cultura de Paz. É necessário criar Políticas Públicas que estimulem a convivência intercultural e a produção de valores - guias de ação e simbólicos nas diversas ações públicas.

Uma proposta que o Pontão tem enfatizado é a da participação dos Pontos de Cultura nos Conselhos Legislativos (Conpaz – Conselho Parlamentar da Cultura de Paz do Estado de S. Paulo) ou mesmo reativar ou criar Conselhos Municipais de Cultura de Paz (São Paulo, Itapeccerica da Serra, São José dos Campos, Curitiba, etc). Os conselhos permitem um trabalho continuado de tomada de posições públicas, formação de agentes de Cultura de Paz e/ou de comunicação de valores com a sociedade.

É o momento da Cultura de Paz aproximar-se não apenas das redes de caráter universalista, mas das dinâmicas culturais, étnicas, territoriais, buscando traduzir um amplo espectro conceitual em metodologias de ação e comunicação, além dos valores para as mudanças necessárias. Conjugando valores e atitudes, políticas públicas e metodologias de convivência tomando como foco o território será o grande desafio das políticas públicas no momento de hoje; e certamente os Pontos de Cultura poderão ser portadores dessa ação integrada, pela sua presença – de pertencimento, legitimidade, ação intercultural e atuação em rede. Isso pode estimular “a criação de um modelo baseado na não violência.”

### **Participação e cidadania**

Várias foram as propostas dos Pontos de Cultura auscultados em relação à participação e cidadania. É consenso que a participação cidadã é essencial para os Pontos de Cultura, seja no seu território ou no campo das políticas públicas mais abrangentes. A atuação em rede, uma das propostas mais importantes do Programa Cultura Viva, é indissociável dos processos participativos locais ou nacionais. É a participação que qualifica a democracia cultural nos diversos espaços e potencializa o seu empoderamento e o protagonismo; sem ela essa construção fica comprometida e não existem condições de irradiar a sua potência. Quando estamos falando de participação pensamos num complexo participativo que parte da escuta do território, enraíza-se na localidade, desborda-se para a ação cultural propriamente dita, potencializa a criação artístico-cultural e ramifica-se na atuação coletiva através das políticas públicas de cultura ou políticas sociais. Os Pontos têm uma ação quase sempre complexa em seu raio de ação e a sua sobrevivência depende da sua ação cultural, da sua ação participativa e da gestão em rede.

Das auscultas surgiram propostas concretas como a criação de um Conselho Comunitário de Educação e Cultura para atuação na Região Sul de São Paulo; a atuação em movimentos populares, conselhos de direitos envolvendo a comunidade para enfrentar temas como o da violência; políticas públicas que promovam a participação cidadã em aldeias indígenas (Aldeia Guarani, S. Paulo) e políticas públicas urbanas em relação as Aldeias; apoio a conselhos comunitários dos bairros (Natal); ouvir as comunidades, mapear conflitos entre jovens para ação conjunta; potencializar espaços de referência para a cultura; fortalecimento de atores e parceiros locais para o desenvolvimento artístico; promoção de espaços para

lazer e recreação nos morros ;criação de centros comunitários de cultura (Porto Alegre); criação de fóruns de cidadania e direitos humanos nos Pontos de Cultura; direito à participação e informação nos meios de comunicação nacionais (Linguagem Brasileira de Sinais – Libras); criar espaços criativos de cultura popular nas cidades; ocupar espaços públicos; participação em fóruns de direitos humanos, diversidade cultural, meio ambiente, educação e cultura, audiências públicas e conselhos de direitos humanos e conselhos de direitos municipais; as ações articuladas com parceiros, a “escutação” dos governos locais, estaduais e nacionais, sobre arte, cultura comunicação e cultura digital; a pressão sobre a administração pública para a elaboração de políticas públicas e o diálogo com governos (gestão compartilhada) também é acentuado nas auscultas dos Pontos.

### **Intercâmbio e redes**

Potencializar as redes é condição sine qua non para a existência dos Pontos, é na relação com o outro que se dá o “desenvolvimento por aproximação” e a interculturalidade proposta pelo Programa Cultura Viva. Além de ser uma proposta contemporânea (Boaventura de Souza Santos diz que as cidades do futuro serão Redópolis e não apenas Pólis) sem as redes não é possível a construção da proposta de gestão fundamental do Programa, a gestão compartilhada. Os Pontos reputam como vital para a troca e o enriquecimento cultural o estímulo ao intercâmbio entre Pontos da mesma região e de região diversas, regionais e interestaduais. A articulação da rede entendida para o fortalecimento do empoderamento local, mas também para a promoção de eventos, encontros, intercâmbios, trocas entre coletivos de jovens, ações de cultura e cidadania para o fortalecimento e empoderamento dos Pontos. Os Pontos de uma maneira geral propõem potencializar diálogos interculturais e trocas de experiências entre práticas sociais de diversas regiões.

Isso poderá possibilitar a ampliação da ação dos Pontos de Cultura para uma intervenção ainda mais ampla na comunidade e na sociedade. A sua proposta de interculturalidade entre Pontos se viabiliza pela ação em redes. A comissão Nacional dos Pontos de Cultura e algumas comissões estaduais têm fortalecido as redes nacionais e locais, fortalecido as Teias, nacional, estadual e regional, lugar de encontro das redes. As Teias têm demonstrado ser lugar fundamental de trocas e de articulação política e cultural do Programa, mas a articulação e intercâmbio entre Pontos ainda é tímida por carência de recursos específicos para esta ação.

### **Comunicação**

Os Pontos de Cultura são pequenas mídias que anunciam conteúdos criativos na localidade, aumentam seu raio de ação ao trabalhar em rede ou potencializar sua informação através de novas tecnologias. De um lado têm uma ação presencial frente à públicos diversos, de outros alcança segmentos da diversidade através de suas ações . A combinação das tecnologias de aprendizagem e convivência com as tecnologias de comunicação e informação (Tião Rocha) dão um sentido vivo e peculiar aos Pontos de Cultura como pontos de comunicação com o território. Comunicação online, rádios comunitárias, blogs e sites, filmes,

participação na TV povoam o universo comunicacional e combinam-se com a comunicação direta com a comunidade: ocupação de lugares públicos ( Papo de subida e conversa de escada levada pelo Ponto Campus Avançado no Rio de Janeiro ou atividades de teatro de rua levada pelo Instituto Pombas Urbanas, ou as auscultas socioculturais do Pontão de Convivência e Cultura de Paz) e nas manifestações locais ou da Teia. No entanto ainda existem muitos desafios para a comunicação, alguns deles apontados pela auscultas sociocultural: implementar a cultura digital em todos os Pontos de Cultura; capacitar Pontos e criar infraestrutura para a inclusão digital e potencializar o trabalho em rede; atuar de forma ampla nas rádios comunitárias; participar da mídia nacional de forma mais ampliada. Algumas dessas propostas poderão se viabilizar com a aprovação da Lei de democratização dos meios de comunicação, em trânsito no congresso nacional, no entanto políticas de comunicação que incluam os Pontos de Cultura podem ampliar a comunicação entre os Pontos e destes com a sociedade. Linhas de capacitação envolvendo processos de comunicação podem ser apoiadas amplamente pelas políticas públicas. Embora os Pontos recebam o kit digital grande parte ainda não sabe operar, o que implica em criar condições tanto de infraestrutura como de capacitação. As políticas públicas de comunicação poderão abrir espaço para uma maior presença dos Pontos de Cultura na mídia nacional.

### **Ocupação de lugares públicos**

Os Pontos de cultura têm se caracterizado por multiplicar suas ações fora dos templos tradicionais da cultura (o Centro Cultural, a biblioteca, a casa de cultura, o museu etc).

Apresentar-se publicamente interagindo com a população está presente na vida dos Pontos e Pontões. Assim temos o CEDECA com seus grafiteiros, o TÁ na Rua e Pombas Urbanas com atividades teatrais, a Caravana pela Paz, com atividades em espaços públicos e abertos difundindo valores e conhecimentos, o Coco de Umbigada, em Natal, realizando suas manifestações culturais em lugares públicos. Estas poéticas nos lugares públicos amplia o raio de ação dos Pontos e encanta a cidade, uma das características importantes do Programa Cultura Viva: o encantamento. Por outro lado desempenham papel educativo ao envolver a população em soluções de problemas concretos do dia a dia como o Teatro do Oprimido, ou mesmo denunciar situações de violência. Maria Lucia Montes aponta a importância da Arte no contexto público: “A arte no contexto comunitário cria um outro sentido de pertencimento..... devolver a criação artística à coletividade.... fazendo com que a coletividade co-participe do processo de criação.” (Revista Pólis, 33, 1999, Desenvolver-se com Arte) A arte-cultura contextualizada nestes espaços podem contribuir para processos de desenvolvimento cultural: tanto sensibilizando as pessoas para outros olhares que não a embrutecida vida cotidiana das cidades, seja para a formação de valores, ou mesmo para despertar o interesse pela arte em grandes coletivos.

Os Pontos de Cultura sugerem a ampliação dessa ocupação dos lugares públicos: o apoio do poder público para multiplicar o trabalho teatral; a abertura dos espaços públicos para o entretenimento, lazer e ações culturais; sair do espaço consagrado e ir para a cidade; os jovens do Hip Hop, Teatro, Dança irem para a rua e mostrarem o que fazem de melhor, ocupando e vitalizando os espaços; a abertura de escolas para as

atividades culturais. Isso poderia sugerir linhas de políticas públicas voltadas para o fortalecimento cultural dos espaços e lugares públicos, editais, prêmios, programas e outros instrumentos de políticas urbanas que articulem cultura e educação visando transformar com arte o cotidiano da cidade, a exemplo do que já acontece com a arte pública nas metrópoles de todo o mundo.

### **Cultura e desenvolvimento urbano sustentável**

O protagonismo dos Pontos de Cultura não está limitado à arte ou às manifestações culturais dos diversos grupos. A construção dos Pontos como sujeito envolve um complexo maior de ações e diálogos no interior do território que envolve outras participações e políticas que não as estritamente culturais. Muitos Pontos de cultura atuam em rede e trabalham um conjunto de direitos sobre a moradia, mobilidade urbana, saúde, educação, meios de comunicação, Cultura de Paz e ações contra a violência ou pela liberdade de manifestação e expressão nos lugares públicos. Alargar o raio de atuação da cultura adentrando nos valores e diálogos e intervenções mais amplas no território tem caracterizado hoje os grupos culturais nesse processo de “culturalização do país”. Muitos grupos culturais movem-se num espaço que parte da sua arte, mas também desenvolvem críticas às políticas públicas e propostas de participação mais ativa no desenvolvimento cultural entendido como modos de vida da comunidade.

Célio Turino deixa claro em suas falas que os Pontos de Cultura não são apenas um conceito genérico de economia da cultura, cidadania cultural e a dimensão simbólica da cultura, mais precisamente as artes: é um ponto vital, onde a vida circula em todas as suas dimensões. Um ponto é uma energia em expansão na medida que exerce o seu protagonismo e enfrenta-se com as limitações impostas pela sociedade. Desta forma há uma tendência a preocupar-se com a totalidade dos fazeres culturais e dos modos de vida e, logo, entrar em interação com os poderes públicos e suas políticas para a localidade. Enquanto a realidade é vista de forma fragmentada em economia, sociedade, cultura, política, saúde, etc, o ponto recupera uma determinada totalidade da vida. Como pensar no terreiro sem pensar na alimentação ou na religiosidade destas expressões? Como pensar no Jongo como manifestação ancestral sem pensar na condição de vida dos seus integrantes, alguns deles vivendo dificuldades de reprodução da vida? Um Ponto de Cultura é uma totalidade e, desta forma a sua sustentabilidade social, ambiental e cultural estão em questão.

Os Pontos Auscultados propõem uma conversa maior com a cidade, com o entorno, como é o caso dos índios Guaranis de São Paulo que necessitam um maior conhecimento por parte da cidade a respeito de suas tradições, um respeito maior da população ao reconhecer a sua diversidade. O Ponto Argonautas Ambientalista, Pará, propõe que se compreenda as singularidades e as diferenças étnico-raciais dos povos que compõem o Norte do Brasil, suas dinâmicas próprias. Outras sugestões vão no sentido de integração com o SESC, através de parcerias com Pontos de Cultura que possibilitem gratuidade na matrícula, abertura para realização de eventos de grupos locais, gratuidade ou preços diferenciados para os jovens dos Pontos nos equipamentos do SESC, etc. Em relação às políticas de saúde, propõe-se a criação de programas de saúde para jovens que incluam prevenção à violência, cuidados com a saúde, saúde sexual e reprodutiva, etc. O transporte público também é citado. Um dos grandes problemas para a mobilidade

cultural é o deslocamento urbano. As políticas públicas necessitam sustentar atividades com vale transporte ou ticket cultura, já pensado pelo legislativo de algumas cidades, mas não implementado. Políticas de transporte que possibilitem o deslocamento destes jovens, ciclovias nas cidades, podem facilitar o acesso à cultura não apenas no Pontos, mas de forma abrangente. A presença dos Pontos nas Escolas, já desenvolvido pela Escola Viva também é apontado como caminho de integração dos Pontos com as escolas. A construção de mais espaços de lazer também é sugerida pelos Pontos. Outras ideias completam o quadro: criação de cursos profissionalizantes para jovens e adultos, projetos socioeducativos que atendam crianças de zero a cinco anos; o turismo comunitário e uma maior integração com a escola pública para a realização de um trabalho socioeducativocultural.

As diversas propostas demonstram que as demandas, além da cultura strictu senso, são grandes, o que indica uma compreensão mais larga do trabalho desenvolvido e de suas necessidades; de outro lado indica que a transversalidade da cultura e do Programa Cultura Viva ainda não é um fato. Logo, a centralidade da cultura ainda é um discurso social pouco efetivo, embora incomparavelmente maior que a dos tempos da “cultura como bom negócio” que caracterizou a gestão cultural anterior do MinC. A articulação do Programa com os governos locais para a implantação de novos Pontos, a construção do Sistema Nacional de Cultura e a implementação do Plano Nacional de Cultura poderão dar fôlego ao Programa Cultura Viva, mas ainda é pouco frente ao entendimento dos Pontos como lugares vitais que dialogam em rede, a partir da cultura, com as várias dimensões da sociedade e, portanto, com novos paradigmas de sustentabilidade.

## Desafios

Não há dúvida que a continuidade do sucesso do Programa envolverá uma série de fatores:

A sua transformação em política de estado, fazendo com que os próximos governos implementem o projeto. Mas não basta, porque já se observou em outras localidades projetos que continuaram de forma burocratizada, embora reconhecidos pela gestão como políticas públicas. Os Pontos de cultura como Pontos vitais estão na razão direta da implementação de alguns princípios básicos:

- Autonomia dos Pontos: sua ação a partir do reconhecimento de seus conceitos, práticas, prioridades, soberania de ação, identificação de necessidades, etc.
- O empoderamento: sua ação política livre, reconhecida como legítima, respeitada, compartilhada com atores sem hierarquias de saber ou de poder, etc.
- Protagonismo: a sua existência vital no território, a sua condição de ator na apropriação de políticas públicas e de mudança dos modos de vida.
- A gestão compartilhada entre os diversos Pontos e na sua relação com o poder público.

Nesse sentido será necessária uma ação política ativa da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e de suas Comissões Estaduais no sentido de aperfeiçoar o programa e ter uma presença propositiva que

estímulo, além da expressão cultural dos Pontos, execução de planos de trabalho, etc, uma ação política consistente. Linhas de apoio para gestão compartilhada devem ser pensadas pelo Programa.

Em relação ao Programa vive-se um grande desafio: a gestão ainda é lenta, burocrática, insuficiente: os funcionários do programa são poucos em relação aos Pontos, a burocracia ainda não está formada para o processo vital desencadeado pelos Pontos, a interculturalidade e a transversalidade no programa ainda é pequena; os diálogos com outros programas do MinC ainda são segmentados, como uma ilha reconhecida, mas pouco integrada nas dinâmicas do MinC. Por parte do MinC ainda há uma compreensão limitada da grandeza e das implicações da proposta, como uma política de estado. Mais, a compreensão de que trata-se de uma proposta que incorpora elementos vitais de valor civilizatório, muito além de um programa datado e localizado. Qual o seu lugar no Sistema Nacional de Cultura?

Qual o seu lugar no Plano Nacional de Cultura? Ainda não fica claro em todo o processo desencadeado pelo MinC. Outros fatores de ordem operacional têm prejudicado o andamento do programa: demora na renovação, atraso nos pagamentos, demora nas repostas em mudanças dos Planos de Trabalho, sistema de prestação de contas que não leva em conta as dificuldades dos Pontos. A própria rigidez do edital não desenhado para um programa dessa natureza dificulta a eficácia do trabalho e da proposta.

Assim, mudanças necessitam serem feitas para que o programa não comprometa o seu sucesso. Os Pontos auscultados preocupam-se com a permanência do programa, o mais relevante das políticas públicas de cultura da contemporaneidade brasileira, conceitualmente o mais completo e afinado com as transições culturais do mundo contemporâneo. Estas são questões vitais para a convivência entre os Pontos e destes com o poder público.

Do ponto de vista da Cultura de Paz será necessário um trabalho mais amplo e um diálogo maior com as redes e com o território e a sua inclusão definitiva no Programa e no rol das Políticas públicas do país.

\* **Nota sobre o Autor:** Hamilton Faria é coordenador geral do Pontão de Convivência e Cultura de Paz, é poeta, professor universitário e coordenador da área de cultura do Instituto Pólis.

## CULTURA DE PAZ E PEDAGOGIA DA CONVIVÊNCIA: AÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### Cenários e horizontes da ação global e local - por Hamilton Faria\*

As diversas mesas realizadas no seminário internacional Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência:

Ação e Políticas Públicas, falam por si e atualizam nosso debate sobre Cultura de Paz. Talvez este seja o mérito maior deste encontro, pioneiro no Brasil, pelas temáticas conectadas com desafios do mundo contemporâneo e pelo número e qualidade das redes envolvidas e da mobilização realizada. Estabelecemos uma sinergia muito forte no encontro. Mas a novidade não está apenas nestas qualidades apontadas. A pedagogia da convivência aponta caminhos verdadeiramente concretos, com suas metodologias e processos educativos que buscam educar para a paz não apenas com valores, (sem dúvida imprescindível num mundo carente), mas com metodologias fundamentais no próprio cenário onde a violência graça. Uma outra grande boa nova é o estímulo à criação de políticas públicas para a Cultura de Paz. O tema deste fórum nos mostra um caminho apropriado: o de buscar um pensar e agir e a ampliação das ações ao transformá-las em políticas públicas de amplo alcance e capilaridade no mundo contemporâneo.

Uma questão importante a destacar também é a troca entre o global e o local, construindo fluxos e caminhos que dão sentido à este trabalho. Se pelo global passam as grandes decisões econômicas, políticas, ambientais de um mundo cada vez mais interdependente, com consciência crescente de que é a nossa Gaia que está em questão, de que a geopolítica é fundamental para os impérios e, conseqüentemente para a vida dos súditos, é pelo local que se dá a verdadeira mudança, a essência como dizia o geógrafo Milton Santos; este é o lugar da vida das pessoas, das relações consigo, com o outro, com a natureza. Para usar uma palavra do escritor Mia Couto, podemos nos 'lugarizar'.

Portanto, não podemos em cultura ou em qualquer ação contemporânea colocar em oposição local e global, sob o risco de cometermos relativismos culturais ou fundamentalismos que podem impedir qualquer processo de humanização universalista. Gandhi nos diz: "Não quero que minha casa seja cercada de muros por todos os lados e que minhas janelas estejam tapadas. Quero que a cultura de todos os povos ande pela minha casa com o máximo de liberdade possível." Sem dúvida que uma Cultura de Paz é por natureza internacionalista, pois entende que no diálogo intercultural entre países, raças, etnias, gêneros, gerações, práticas religiosas e espirituais, modos de vida e visões de mundo poderá surgir novas sínteses criativas para a convivência. Assim, podemos falar em valores, ações e políticas públicas que têm sua vitalidade em cenários glocais, ou seja, local e global. Trata-se de ações culturais glocais que pretendem mudar linguagens, estruturas e imaginários plantados na mente e no coração das pessoas e coletividades. Uma pedagogia da convivência deve estar aí presente para deslegitimar a violência direta, estrutural e cultural e apontar caminhos de convivência intercultural, como indica J. Galtung em suas reflexões sobre a Paz.

Os grandes desafios globais e a cultura de paz:

O mundo contemporâneo, ao mesmo tempo que está doente e desequilibrado, atravessado por violências de toda a natureza e feições, mundializando a guerra, mostrando sua face horrível de barbárie, apresenta um cenário promissor de mudanças através da ação de redes nacionais e locais, com suas idéias, ações diretas e institucionais. Um mundo belicoso que se assentou nos últimos cem anos na premissa do conflito como solução: guerra justa, libertadora, violência emancipadora. E assim foram os ciclos revolucionários, a luta colonial e a geopolítica dos impérios. Bush falava do eixo do mal, que só haverá paz com guerra ao terrorismo e divide o mundo entre eles e nós: “quem não está conosco está contra nós”. Assim vemos ódios e inimigos em todas as partes e não compreendemos que a liberdade, a justiça e a paz jamais sairão da boca de um fuzil. Novamente Gandhi identifica a paz como sintoma da força e a violência como manifestação da fraqueza.

O cenário internacional marca-se por três grandes situações:

- 1) A globalização neoliberal que levou o mundo à níveis de desigualdade enormes, precarização do trabalho, perda de direitos, aumento da pobreza, da distância entre pobres e ricos, entre países no norte e do sul, entre integrados e excluídos. Um aumento significativo no consumo e nos padrões de tecnologia e no massacre da publicidade oferecendo mundos felizes a partir de realizações materiais. Uma verdadeira mercantilização da alma humana.
- 2) O aquecimento global, que nos evidenciou uma realidade em curso já cantada e decantada por estudiosos, redes vitais e ambientalistas, colocando em evidência a fragilidade e o momento dramático do planeta e o inadiável paradigma da sustentabilidade planetária.
- 3) O 11 de setembro que é um verdadeiro divisor de águas na ação internacional. Nunca mais seremos os mesmos. O 11 de setembro estimulou uma cultura do medo e teve como conseqüências a acentuação do unilateralismo, o desenvolvimento ainda maior do complexo industrial. Segundo Xesús Jares, “uma consequência dessa situação é o expressivo aumento dos gastos militares. O investimento financeiro previsto para o Pentágono é de 379 bilhões de dólares, o que significa um aumento de bilhões de dólares. O investimento previsto representa nada menos que 40 % do total do gasto militar mundial, cifra dez vezes superior à que gastam Rússia e China juntas)<sup>1</sup>. Um dos grandes perdedores do 11 de setembro foi a luta pelos direitos humanos, deixando ainda mais difícil a exigibilidade desses direitos. Xesús acrescenta: “reforçar a educação para o conflito e sua resolução não violenta, a educação para o desenvolvimento e a educação multicultural e anti-racista.”

Objetivos e conteúdos<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>Educar para a Paz Em Tempos Díficeis, Xesús R. Jares, Palas Athena, São Paulo 2004, trad. de Elizabete de Moraes Santana, p. 112

<sup>2</sup> Idem p.131

<sup>3</sup> Ibidem, p. 132 a 150

- Enfatizar o valor da vida humana e a cultura da não-violência;
- A busca da verdade e o ensino da verdade histórica;
  - Ir às causas dos problemas;
- Valorizar a justiça e rejeitar a vingança e o ódio;
- Combater o medo;
- Lutar contra a ignorância e a manipulação informativa;
- Lutar contra a ignorância e a manipulação informativa;
- Sensibilizar sobre a reorganização da ONU como garantia das relações internacionais;
- Oferecer alternativas e facilitar o conhecimento das conquistas sociais;
- Educar para o valor do compromisso e da esperança.

Celestin Freinet<sup>4</sup> lembra imagens de Victor Hugo e sugere uma pedagogia das águias que não sobem pela escada. E pergunta se não haveria caminhos mais rápidos, mais salutareis e menos normais que escada. A paz pode encontrar outros caminhos para que a sua voz prevaleça em virtude do adiantado da hora? Esta rápida descrição do cenário global nos leva como agentes e educadores de uma Cultura de Paz a fortalecer, ainda mais, as redes internacionais de direitos humanos, a luta contra a pobreza, a opressão econômica, a desigualdade e a injustiça, a luta pela democracia, uma nova aliança com a terra e o fortalecimento de todas as iniciativas em defesa da vida e de uma cultura da vida.

A nossa grande metáfora contemporânea é a rede da vida. Todos nós pertencemos à esta rede e somos seres interdependentes. Reforçar uma pedagogia da terra, uma pedagogia de uma vida planetária, uma ação internacional eficaz pelos direitos humanos e por uma cultura da vida, está entre nossos desafios mais importantes. Os documentos da ONU, da Unesco, os programas internacionais de Paz, como o da Conferência do Apelo de Haia pela Paz de 1999, a Carta da Terra, o Manifesto 2000 da Unesco, a Convenção da Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (outubro de 2005), a Carta das Responsabilidades Humanas, podem contribuir para ajudar na cura das patologias deste momento, dos efeitos adversos da mundialização e do desequilíbrio socioambiental do planeta promovendo novas possibilidades de convivência.

#### A essencialidade do local

No plano local desenvolvem-se no país, desde os anos 80, ações e projetos de Cultura de Paz. Algumas sem este nome, estimulando valores e ações de justiça, democracia participativa, diversidade cultural, desarmamento, diálogos com escutas e auscultas e desenvolvimento sustentável. Estas redes vitais têm humanizado o território local de São Paulo e do país, e criado campos sinérgicos para a proliferação da paz e da não violência. Amartya Sen fala da cultura como desenvolvimento de capacidades

---

<sup>4</sup> Freinet, Celestin, Uma Pedagogia do Bom Senso. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

individuais e coletivas. E que o desenvolvimento humano é um processo de ampliação de escolhas. E é no local que se dá esse desenvolvimento, pois a maioria das necessidades são realizadas e demandadas localmente. É aí que se dá o pertencimento à cultura criativa e podem ser gerados espaços de convivência. É aí que se corporifica e materializa-se o global e se dá nas ações, nas políticas públicas com ação do Estado e da sociedade. Como diz Alfons Martinell: “uma das maneiras de se reduzir a pobreza é trabalhar no plano local”<sup>5</sup>. Talvez possa se dar a partir do local uma resposta à globalização da desigualdade, dando um basta à violência como forma de expressão de um modo coletivo de vida e propor uma globalização solidária. No entanto a ação local precisa ainda fortalecer a sua capacidade de ação. E aqui apontamos algumas idéias:

- Fortalecer o trabalho em rede, tanto as explicitamente de cultura de paz como buscando alianças entre aqueles que aprofundam a justiça, a equidade, a democracia e todas as experiências que, de alguma forma, expressam seu respeito à vida;
- Dar visibilidade, através de nossas organizações, a ações de paz no território;
- Integrar políticas públicas pela paz e convivência numa ação cultural pública e transdisciplinar: aqui já existem ações como redes, fóruns, conselhos parlamentares e municipais de cultura de paz;
- Dar atenção a micro-ações pela paz: ações diretas, simbólicas, artísticas como contação de histórias, recitais de poesia (não necessariamente sobre paz, estas ações em si já têm um potencial de cura das patologias sociais), de linguagem (no sentido de criar novos vocabulários, palavras e metáforas da paz), míticas, sagradas e espirituais como as ações de meditação, inter-religiosas, reflexão em pequenos grupos.

Muitas destas ações podem ser articuladas com políticas públicas para impactar o território. Destaco uma pedagogia da ação direta: retomar o espaço do cotidiano, os diálogos não só nos templos da cultura, mas diálogos de rua e uma pedagogia da simplicidade que implica em contato direto entre as pessoas, a busca estilos de vida mais simples. Aqui também podemos incluir a busca de soluções diretas para os conflitos: desde as terapias comunitárias, a mediação de conflito, a justiça restaurativa, a comunicação não-violenta, o psicodrama da cidade, assim como micro soluções cotidianas individuais ou coletivas promovidas por pessoas ou grupos de forma espontânea. Podemos destacar também as ações na escola e cursos de formação de agentes da paz. A paz na cultura e a cultura na paz podem aprofundar este binômio e trazer a simbiose entre a sua vocação universalista e a diversidade local, fazendo uma paz ancorada no pertencimento, com seus valores, ancestralidades e escolhas das comunidades.

---

<sup>5</sup>Martinell, Alfons. Palestra no Centro de Cultura da Espanha e no Instituto Pólis, São Paulo, 9 de abril de 2008.

Mas por falar em paz... É necessário que se diga que a paz não é a não guerra, a ausência de conflitos, pensamentos únicos e imaginários homogêneos, o silêncio dos oprimidos diante dos vencedores; não é a submissão, mesmoaquela consentida e pactuada ou a passividade diante da mudança. A paz é ativa, se dá com ação, para a ação, pela ação e na ação. Mas ela é construída de não-violência e embebida de justiça, diversidade cultural da democracia. A cultura de paz pode se manifestar de forma simbólica e silenciosa, individual ou coletiva, nos templos da cultura ou nas ruas, com manifestações artísticas ou políticas, reverente ou irreverente, através da obediência ou da desobediência. A paz não se nega a opor-se ao mando ou ao poder, não é desmobilizadora das conquistas sociais e dos direitos, ou escamoteadora do lugar e da condição dos sujeitos de direitos. Ao contrário, ela explicita o conflito e mostra seus atores e soluções. Mas isso é importante dizer: a Cultura de Paz busca explicitamente a não violência ativa, não segue pelo atalho da violência de qualquer natureza ou da eliminação do outro. Busca o diálogo, a polifonia, a ausculta, a mediação do conflito. Não é um método fácil, principalmente quando a vítima é a população sujeita a arrogância dos poderes – da hierarquia, dos vários personalismos, dos políticos sem princípios, do tráfico, da delinqüência elementar. É sempre bom lembrar do Manifesto 2000 pela Cultura de Paz e Não-violência: respeitar a vida, praticar a não-violência ativa, ser generoso, defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, promover um comportamento de consumo responsável, contribuir para o desenvolvimento da comunidade construindo formas de solidariedade.

É necessário enfatizar que a violência cultural também se manifesta através da sociedade de consumo que vende não apenas um produto, mas um ideal de felicidade, um modo de vida, através de métodos de publicidade e propaganda, que são em grande parte responsáveis pela formação de nossos desejos reais e imaginários e também por parte ponderável da subjetividade das crianças, grande alvo do consumo. Isso nos abre um grande campo de Cultura de Paz relacionado à criação de novos valores de consumo e produtos sustentáveis. Hoje a insegurança, o medo, a ansiedade são traduzidas em produtos e serviços como, por exemplo, uma fechadura que armazena até 138 impressões digitais e travamento automático em oito segundos ou gravações automáticas de movimentos de pessoas.

Recente reportagem da Revista da Folha de São Paulo nos mostra ex-oficiais do BOPE, tropa de elite da PM do Rio, treinando funcionários para torná-los decididos a vestir a camisa da empresa e transformar profissionais "comuns" em trabalhadores com espírito de liderança e resistente a pressões. Segundo a mesma matéria, quem suporta o treinamento é um "caveira" e quem fraqueja é um "invertebrado" e quem quiser "pede pra sair" porque "missão dada é missão cumprida". Segundo depoimentos alguns profissionais passam a chamar-se com números pelas suas empresas. O que significa isso senão um processo de militarização e embrutecimento do mundo do trabalho visando potencializar táticas de venda? É o mundo do consumo visto com olhares bélicos, como um campo de batalha, como uma guerra a ser vencida a qualquer custo. Para finalizar, quero arriscar propor intuições para a criação de uma pedagogia do reencantamento do mundo: amar o outro, sensibilizar-se com as criações do espírito humano; tocar o outro (Alguma coisa acontece quando se toca em gente/ Experimente: Ulisses Tavares); experimentar a consciência do corpo, o poder da palavra, as poéticas do silêncio, as possibilidades do mistério, o sonho, a utopia, a emoção dos vários significados e passagens da vida, o sentir-se pertencente à fonte criadora, a criação artística, a intuição e o entusiasmo, a vibração do tempo e das idades, a imaginação e a fabulação, a compaixão, a

alegria de estar vivo, o solidaridar-se; servir, aprender a imaginar como as crianças, criar vários mundos de várias cores, através da diversidade; paz com ritmos, cores, sons, movimentos, luzes; fazer as coisas ainda mais belas do que são. Estender o braço da fraternidade, curar-se pelo perdão e pela palavra emancipadora; cultivar os jardins da alma e o pertencimento ao universo; ser um elo na teia dos elementos, salvar-se pela beleza, como queria Dostoievski; inebriar-se de sol e liberdade. Entender o mundo como realidade poética pode trazer luzes a uma educação para o seu reencantamento. Estas podem ser faíscas de uma proposta de reencantamento orientada por uma cultura do ser e por uma Cultura de Paz. O essencial do reencantamento é a paz, sem ela não haverá nenhum mundo poeticamente habitável, nem uma nação de poetas como queria Walt Whitman, nem Era Poética. Ou como quer John Lennon em Imagine:

.....  
Imagine que não há países.  
Não é difícil.  
Nada porque matar ou morrer.  
E nenhuma religião também.  
Imagine todo o povo  
Vivendo a vida pela paz.  
Imagine nenhuma posse.  
Eu me pergunto se você é capaz.  
Nenhuma necessidade de avareza ou fome.  
Uma fraternidade de todos.  
Imagine todo o povo  
Participando do mundo...  
Você pode dizer que sou um sonhador.  
Mas não sou o único.  
Espero que um dia você se junte a nós.  
Então o mundo será como se fosse um só Mundo.

\* Texto apresentado durante o Fórum: Cultura de Paz e Pedagogia da Convivência – Ação e Políticas Públicas em 2008.

### FRASES DE CULTURA DE PAZ:

- *"Mentes brilhantes provocam ações que causam sofrimento e dor. É preciso, também, educar o coração."*
- *"Seja a mudança que você quer ver no mundo."*

**Dalai Lama**

- *"Aquele que não faz uso de todo o potencial de sua vida de alguma maneira diminui o potencial de todos os demais"*

**Nilton Bonder**

- *"A Terra não pertence a ninguém e sim nós pertencemos à Terra."* (Indígena norte-americano)

- *"Tudo o que vive é o teu próximo."*

- *"Não há caminho para a paz, a paz é o caminho."*

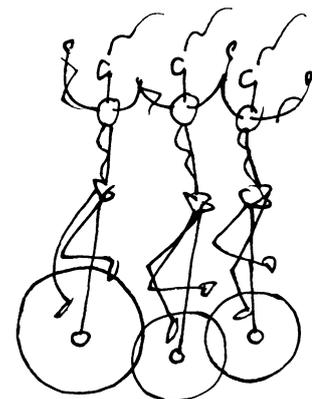
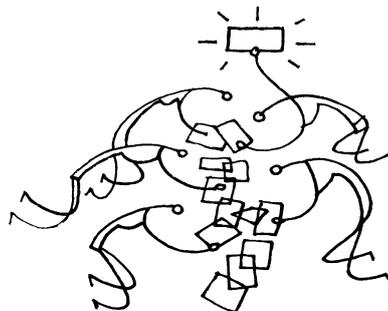
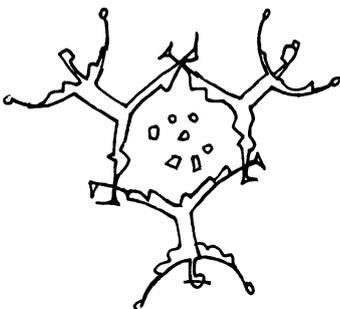
- *"Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as Culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha, por qualquer outra."*

**Mahatma Gandhi**

- *"O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons."*

- *"O perdão é um catalisador que cria a ambiência necessária para uma nova partida, para um reinício." -*  
*"Nada no mundo é mais perigoso que a ignorância sincera e a estupidez conscienciosa"*

**Martin Luther King**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

**ARISTÓTELES.** Ética a nicômaco, v. 2, 3.4.

**BALESTRERI, Ricardo B.** Consciência moral e construção da paz. In: Na inquietude da paz. Balestreri, R. B. (org.) Edições CAPEC. Porto Alegre. 2001. 136p.

**BOBBIO, N.** O problema da guerra e as vias da paz. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 161.

**COSTA, Jurandir Freire.** O medo social. In: Reflexões para o futuro : Veja 25 anos. 1993: 83- 89.

**DEBARBIEUX, Eric.** Cientistas, políticos e violência: Rumo a uma comunidade científica europeia para lidar com a violência nas escolas? In: Violência nas escolas: Dez abordagens europeias. Debarbieux, E. Blaya, C. (org.). UNESCO. Brasília. 2002. 268 p.

**DEMO, P.** Pobreza, política, direitos humanos e educação: síntese. In: \_\_\_\_\_ et al. Educando para os direitos humanos. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. p. 35.

**GALTUNG, Johan.** Violencia, paz e investigación sobre la paz. In: Sobre la paz. Ed. Fontamara. Barcelona. 1986.

**GALTUNG, J.** Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos. São Paulo: Palas Athena. Editora, 2006. p. 11.

**GUIMARÃES, M. R.** Paz, reflexões em torno de um conceito. Disponível em:

<<http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/inquietude/marcelorezend.htm>>.

**GUIMARÃES, Marcelo Rezende.** Cidadãos do presente: crianças e jovens na luta pela paz. Saraiva. São Paulo. 2002. 80p.

**JARES, X. R.** Educar para a paz em tempos difíceis. São Paulo: Palas Athena Editora, 2007. p. 45.

**MACHADO, N. J.** Educação: projetos e valores. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 39. (Coleção Ensaios Transversais).

**MALDONADO, Maria Tereza.** Os construtores da paz: caminhos da prevenção da violência. Moderna. São Paulo. 1997. 112p.

**MATURANA, H.** El sentido de lo humano. 4. ed. Santiago de Chile: Dolmen Ediciones, 1993. p. 51.

**MORIN, Edgar.** Por uma reforma do pensamento. In: O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade.

PENAVEGA, A.; NASCIMENTO, E.P. (org.). Rio de Janeiro. Garamond. 2a. ed. 1999. 201 p.

**MORIN, E.; KORN, A. B.** Terra pátria. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. p. 137.

**NETO, O. C.; MOREIRA, M. R.** A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. In: Ciência & Saúde Coletiva. n.4(1), 33-52, 1999.

**RAIO (Associação RAIO).** Geração da Paz em um mundo de conflitos e violências. Vila Velha, ES. [www.raio.org.br](http://www.raio.org.br)

**SAVATER, F.** Ética para meu filho. São Paulo: Martins Fontes, São Paulo, 2004. p. 57.

**SANTOS, José Vicente T.** A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. In: Educação e Pesquisa. v.27. n.1. São Paulo. Jan./jun. 2001.

**UnB/ Instituto de Psicologia/Laboratório de Psicologia do Trabalho.** Segurança nas Escolas Públicas. Brasília, 1999.

**UNESCO.** Disponível em <http://www.unesco.org.br/programas/index.html>. Acesso em janeiro 2003.

**UNESCO.** Kit de informação sobre o Movimento Global para o Ano Internacional da Cultura de Paz. 1999. Brasília. Mimeo.

**WASELFISZ, Jacobo.** Mapa da violência II: Os jovens do Brasil. Juventude, Violência e Cidadania. Brasília. UNESCO. 2000. 136 p.

## **APOSTILA**

### **Contribuições/Edição:**

#### **Equipe do Pontão de Convivência e Cultura de Paz do Instituto Pólis**

Daniela Greeb

Hamilton Faria

Martha Lemos

Wanda Martins

Veridiana Negrini

### **Ilustrações**

Marcelo Bicalho